

ATA NÚMERO 04/2014

1 Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, com início às quinze horas, na 2 Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão ordinária do 3 Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo Professor Mauro Augusto Burkert Del Pino. Magnifico Reitor. com a participação dos 4 5 seguintes conselheiros: Denise Petrucci Gigante, Vice-Reitora; Antonio Carlos de Freitas 6 Cleff, no exercício da Pró-Reitoria Administrativa; Lorena Almeida Gill, representando o Pró-7 Reitor de Infraestrutura; Ediane Sievers Acunha, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis; Denise 8 Marcos Bussoletti, Pró-Reitora de Extensão e Cultura; Sérgio Eloir Teixeira Woltter, Pró-9 Reitor de Gestão de Pessoas; Regiana Blank Wille, representando o Pró-Reitor de Graduação; 10 Luciano Volcan Agostini, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Luiz Osório Rocha dos Santos, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; Mário Renato de Azevedo Júnior, 11 Diretor da Escola Superior de Educação Fisica; Edar da Silva Añaña, Diretor da Faculdade de 12 Administração e Turismo; Manoel Luiz Brenner de Moraes. Diretor da Faculdade de 13 14 Agronomia Eliseu Maciel e Antonio César Silveira Baptista da Silva, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Alexandre Fernandes Gastal, Diretor da Faculdade de Direito; 15 16 Lúcia Maria Vaz Peres, Diretora da Faculdade de Educação; Luciane Prado Kantorski, Diretora da Faculdade de Enfermagem; Vera Maria Freitas da Silveira, Diretora da 17 Faculdade de Medicina; Jonas da Costa Carvalho, Diretor da Faculdade de Meteorologia; 18 19 Márcia Rúbia Duarte Buchweitz, Diretora da Faculdade de Nutrição; Márcia Bueno Pinto, 20 Diretora da Faculdade de Odontologia; Thomaz Lucia Júnior, Diretor da Faculdade de Veterinária; Gladis Aver Ribeiro, Diretora do Instituto de Biología; Sidney Gonçalves Vieira, 21 Diretor do Instituto de Ciências Humanas; Victor Paulo Barros Gonçalves, Diretor do 22 23 Instituto de Fisica e Matemática; Álvaro Augusto Borba Barreto. Diretor do Instituto de 24 Filosofia, Sociologia e Politica; Rogério Constante, Diretor Adjunto do Centro de Artes; Rui Carlos Zambiazi, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; 25 Odir Antônio Dellagostin, Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; Daniela 26 27 Stevanin Hoffmann, Diretora Pró-Tempore do Centro de Educação Aberta e a Distância; Claudio Manoel Cunha Duarte, Diretor do Centro das Engenharias; Jabr Hussein Deeb Haj 28 Omar. Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL; Luis Isaías Centeno do Amaral, 29 30 Diretor do Centro de Letras e Comunicação; Paulo Bretanha Ribeiro, representante dos Professores Titulares; Aluísio Barros, suplente do representante dos Professores Associados; 31 Evandro Piva, suplente dos representante dos Professores Associados; Pedro Rodrigues Curi 32 Hallal, representante dos Professores Adjuntos; Ana Paula Nunes, suplente do representante 33 34 dos Professores Adjuntos; Karin Luciano Brizola Simonato, suplente da representante dos Professores Assistentes; Vanessa Caldeira Leite, representante dos Professores Assistentes; 35 Elza Cristina Miranda da Cunha, suplente da representante dos Professores Auxiliares; 36 Paulo Fernando do Couto Bispo, representante dos Professores Auxiliares; Rafael 37 Vetromille de Castro, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; Sérgio 38 da Silva Cava, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; Luiz Carlos 39 40 Rigo, suplente do representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; Inezita Silveira da Costa, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; Urânia Pereira 41 Sperling, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; Luciano da Silva Pinto, 42 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; Marcelo F. Capilheira, suplente 43 da representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação, Leonardo da Silva Oliveira, 44 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; Alejandro Martins, representante 45



47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

dos Coordenadores de Cursos de Graduação; Ricardo Zimmerman Fiegebaum, representante do COCEPE; José Luiz de Pellegrin, representante do COCEPE; Fernando Dias das Neves, representante Comunitário; Mariângela Silveira Bairros, representante Comunitário; Régia Maria Tavares Nogueira, representante Comunitária; Tony de Siqueira Sechi, José Marcos Spallone de Araújo (suplente), Germano Ehlert Pollnow (suplente), Marcelo Lopes Lima, Betina Suziellen Gomes da Silva, Carolina Amaral Ehlert, Higor Carvalho (suplente), representantes discentes; Ari Dalvo Rösler Carré, Willi Wetzel Jr, Vilson Borba Pinto; João Paulo Voltan Adamoli, Marilane Souza Velasco, Maria Tereza Tavares Fujii, Fernando Antônio Silva Fôlha(suplente), representantes dos Técnicos Administrativos. Não compareceu a conselheira Iná da Silva dos Santos, representante dos Professores Titulares, por estar em reunião em Johannesburg/África do Sul. O senhor presidente iniciou a reunião Item 01-Processo nº 23110.002308/2014-51 - Proposta de Extinção da Unidade Acadêmica Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD. O senhor presidente lembrou que o tema estava sendo discutido desde setembro do ano de dois mil e treze. Álvaro Barreto disse que gostaria de ter um esclarecimento sobre o processo que estava na ordem do dia se este era o eu estava na proposta de alteração do Regimento da UFPel, ao que o senhor presidente respondeu que nãoera o mesmo. A seguir passou a palavra ao presidente da CLN, Professor Alexandre Gastal, que leu o parecer da comissão: "O presente processo, procedente do Gabinete do Reitor, abriga proposta de extinção de uma das Unidades Acadêmicas da UFPel, o Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD). Vem acompanhada de uma exposição de motivos que, em síntese, assinala as razões pelas quais a pretendida extinção seria conveniente aos interesses da Universidade e culmina com a proposição de que a extinção da referida Unidade ocorra com a seguintes características: a) sejam os docentes lotados nos cursos do CEAD relotados para os Departamentos ou Cursos dos Centros, de acordo com as características de cada uma das unidades que receberão os servidores e os cursos; b) sejam estabelecidas como regras de transição a garantia de todo o suporte técnico e de pessoal hoje existente para a continuidade dos cursos, tais como laboratórios, equipamentos, tutorias, etc.; e a garantia de que os docentes concursados para a Educação à Distância continuem atuando nos cursos conforme estabelecido nos editais dos concursos realizados. Embora, à semelhança de outras das atuais Unidades da Universidade, o CEAD não figure nos textos do Estatuto e do Regimento da UFPel, não há dúvida de que materialmente, substancialmente, ele, que foi criado como nova Unidade Acadêmica por este Conselho, integra o rol das Unidades Acadêmicas constantes do Estatuto e do Regimento. De tal sorte, a proposta de sua extinção, a despeito de não implicar mudança do texto do estatuto, vez que o texto não o contempla, é, sim, proposta de alteração estatutária, sujeita aos rigores que o Estatuto impõe à sua própria modificação: convocação deste Conselho em sessão exclusiva e aprovação pelo quorum qualificado de no mínimo 2/3 dos Conselheiros, como dispõe o art. 138, § Único, do Estatuto. No que respeita à competência, de observar que o artigo 17, alínea o, do Estatuto, estabelece que cabe ao Conselho Universitário autorizar a criação de Unidades, bem como seus desdobramentos. Natural, portanto, inclusive porque este Conselho é o órgão máximo da Universidade, que, embora não expressamente prevista, também seja sua a competência para extinguir Unidade Acadêmica. Outro aspecto a considerar é que a proposta de extinção da Unidade vem acompanhada da proposição de que os docentes do CEAD sejam relotados nos Departamentos ou Cursos dos Centros, de acordo com as características de cada uma das Unidades que receberão os servidores e os cursos. Neste aspecto, vale observar que a definição de como se dará essa relotação há de ser traçada no âmbito do COCEPE, órgão a quem compete a coordenação das atividades acadêmicas da Universidade, e não por decisão do Sr. Reitor ou mesmo deste Conselho Universitário. O Art. 22, 1, e, do Estatuto estabelece que é competência do COCEPE "pronunciar-se sobre a distribuição dos cargos de magistério superior, a ser feita por atos de lotação baixados pelo Reitor." Combinado com esta disposição, está o disposto no artigo 54, X, do Regimento, que



97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111 112

113

114 115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132 133

134

135

136

137

138 139

140

141 142

143

144

145

diz ser atribuição do Reitor "lotar professores e servidores nas Unidades e demais órgãos". Do que se depreende, então, que cabe ao Reitor promover a lotação de docentes, mas nos termos definidos pelo COCEPE. Assim, no que respeita exclusivamente à apreciação da legalidade da proposta, o parecer é pela aprovação, haja vista que a proposta atende às disposições legais ou estatutárias, observada apenas a necessária reserva de competência do COCEPE para uma eventual e futura relotação dos docentes da Unidade que a Reitoria pretende extinta. Pelotas, 3 de abril de 2014". O senhor presidente disse que traria à apreciação a proposta de discussão. Concederia cinco minutos para apresentação da proposta da Administração e mais cinco minutos para cada apresentação de propostas contrárias à proposta. Após abriria inscrições para manifestações. Depois das manifestações abriria mais três minutos para defesa dos prós e contras. A conselheira Tereza Fujii, falou que os representantes dos servidores técnicos administrativos disseram que queriam que, ao ser criada a nova estrutura na Cotada, que os técnicos tivessem o direito de escolher se seguiriam com a EaD e os outros escolhessem para onde querem ir. Solicitou que isto ficasse registrado em ata. O senhor presidente respondeu que havia feito uma reunião com os técnicos administrativos (onze naquele momento) explicando como ficaria a lotação dos técnicos. A conselheira Luciane Kantorski disse que não estava entendendo o encaminhamento de limitar as manifestações, pois era direito de todos os conselheiros se manifestarem. Não entendia porque limitar a dez conselheiros a se manifestarem. O senhor presidente respondeu que havia limitado o tempo, por conta de que o debate já estava acontecendo há bastante tempo. Se acontecesse de mais conselheiros se inscreverem abriria mais inscrições. O conselheiro Edar Añaña disse que poderiam limitar o tempo de fala de cada conselheiro, mas não deveriam limitar em dez inscrições, pois o número de conselheiros era sessenta e, no mínimo, o direito de cada conselheiro era poder se manifestar. O conselheiro Paulo Bretanha disse que não poderiam tirar o direito dos conselheiros, que teriam até très minutos para se manifestar. Se extrapolassem o tempo, encerrariam a reunião e continuariam em outra data. A conselheira Ediane Acunha sugeriu estabelecer um horário limite para a reunião, para que não discutissem o assunto em um plenário esvaziado. O senhor presidente respondeu que abriria as inscrições e a partir dai comecariam as manifestações. O conselheiro Tony Sechi disse que não concordava com a sistemática das inscrições prévias, Pois se ficasse com dúvidas em relação a algumas falas de conselheiros gostaria de poder solicitar esclarecimentos. O conselheiro Alejandro disse que concordava com a conselheira Ediane e lembrou que tinham aulas à noite e a reunião não poderia estender-se por muitas horas. Deveriam ter um gerenciamento de tempo. A conselheira Márcia Pinto disse que acreditava ser importante marcarem um teto para encerramento da reunião, mas deveriam dar ampla liberdade de manifestação para todos os conselheiros e não deveriam limitar o número de inscrições e sim marcando um tempo para cada conselheiro. O senhor presidente marcou a hora de dezessete horas para encerrarem a reunião. Iniciou a relatar a proposta de extinção do CEAD. Disse que faria sua manifestação a favor da proposta da Administração e estava trazendo ao Conselho, já havia algum tempo, a proposta de constituir uma nova política de educação a distância na Universidade Federal de Pelotas melhores preceitos acadêmicos vinculados à graduação e pós-graduação na Universidade Federal de Pelotas à luz do que entendiam serem os melhores preceitos académicos vinculados ao ensino, pesquisa e extensão para aprimoramento da oferta e qualificação do ensino de graduação e pósgraduação na UFPel. Obviamente esta proposta já tinha mais de um ano, pois ao longo de dois mil e treze havia feito um conjunto importante de ações visando debater este tema e depois trazê-lo ao CONSUN de forma mais amadurecida. Sem dúvida alguma alguns pressupostos se faziam necessários de expressar: primeiramente o apreço pela valorização da EaD. Em um mundo em que as modificações tecnológicas e científicas evoluem com enorme rapidez era impossível não incorporarmos no nosso trabalho acadêmico as virtudes da chamada EaD, O Governo Federal tem orientado os IFES e IFETs na apresentação dos cursos de graduação e



147

148

149 150

151

152

153

154

155

156

157

158 159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174 175

176 177

178

179

180 181

182

183 184

185

186

187

188

189

190

191

192 193

194

195

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2014 – FLS. 4 de 17.

pós-graduação e isto tem nos possibilitado incorporar efetivamente também nas políticas de graduação estas tecnologias de informação e comunicação. Disse que já era lei Federal a possibilidade de que vinte por cento da oferta de cursos de graduação possam se dar também utilizando a tecnologia de EaD. Nós, infelizmente, enquanto universidade, não conseguimos dar conta desse conjunto de possibilidades na qualificação da educação presencial, inclusive. Entendia que a EaD cumpre um preceito de inclusão social muito importante, porque ela nos possibilita ofertar qualificação de nível superior em lugares que, talvez, de outra forma, ela não chegasse. Portanto, é sim um preceito de educação inclusiva. É sim um preceito de democratização da educação, mas sem dúvida alguma ainda temos que aportar à UFPel um conjunto de mecanismos que nos permita qualificar este processo. Historicamente as indicações do Governo Federal são no sentido de que os cursos a serem criados pelas Instituições estejam vinculados às Unidades Acadêmicas. Existem quatro universidades que são exceção a este processo e queremos na verdade nos somar às orientações da CAPES e há um conjunto grande de pesquisas que estão sendo realizadas junto à EaD, que apontam justamente o fato de que os cursos devem estar vinculados às áreas de produção de conhecimento, porque este é o vigor da universidade. Especialmente a universidade pública. Produzir conhecimento, ciência, tecnologia e gerar a partir desta produção, formação de profissionais. Para termos condição de aprimorar nossa formação profissional é fundamental que estimulemos, portanto, a investigação científica e a constituição de grupos de pesquisa que produzam conhecimentos que nos possibilitem esta qualificação. Na UFPel o que existe atualmente é um "apartamento". Está apartada a oferta de educação com cursos presenciais e cursos a distância. Isto não se soma a esta política de qualificação da formação acadêmica, posto que isto não permite até o momento e obviamente dificulta esta aproximação. O que tem feito inclusive com que vários de nossos cursos de educação a distância não cumprem o preceito da CAPES, que é um número expressivo de professores pesquisadores da instituição, como o próprio curso de Pedagogia que não tem Pedagogo da carreira da UFPel participando deste processo. Neste sentido haviam feito inclusive conversas com professores e tinha um conjunto grande de professores com pedido de remoção e com os técnico-administrativos que iriam acompanhar a nova estrutura a ser criada na Cotada e foram criados dois Grupos de Trabalho para dar conta desta transição. Com isto entendia que é sim possível a criação deste processo e no dia seguinte teria reunião com o grupo de Diretores para dar conta do prosseguimento da oferta dos cursos de graduação e de pósgraduação. A seguir passou a palavra para a Diretora do CEAD, Professora Daniela Hoffmann, que inicialmente pediu desculpas pelo tempo curto no envio do documento longo que enviou aos conselheiros. Disse que esta era uma proposta de instiucionalização da EaD na Universidade, no sentido de manter viva esta Unidade Acadêmica, para manter viva a discussão da Educação a Distância na Universidade, para buscar planejar a EAD a longo prazo dentro da Universidade no sentido de que estavam com a discussão de Estatuinte, Plano de Desenvolvimento Institucional e de Regimento abertos, pelo menos democraticamente falando, dentro do Conselho e vinham desde setembro de 2013 discutindo a EaD. A proposta de extinção desta Unidade Acadêmica parecia um tanto "atravessada" dentro desta discussão mais geral. O que o CEAD se propunha era agregar as várias pesquisas e os vários outros profissionais que trabalhavam com eles na medida em que a Portaria 294 havia retirado os cursos de dentro da Unidade Acadêmica, mas os professores todos continuavam lotados no CEAD, trabalhando nos cursos. A ideia de ter autonomia universitária trabalhando também em prol da EaD e fazer diferente da orientação da CAPES qualificava a EAD de uma forma dentro da Universidade na medida em que podiam ter sim o Centro de Educação a Distância com os cursos lotados nele, para ter os professores com dedicação exclusiva para EaD conseguindo trabalhar ensino, pesquisa e extensão em uma forma não tendo todos os cursos lá dentro, pois todos sabiam que o Curso de Filosofia a Distância havia sido criado já no IFISP, desde que a Portaria 294 havia transferido o Curso de Matemática para o IFM e diversas medidas já haviam



197

198

199

200 201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240 241

242

243

244

245

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 04/2014 - FLS. 5 de 17

sido realizadas. Todo o Colegiado do Curso de Matemática já estava instaurado desde que o curso havia voltado para o IFM. Tinham dois cursos de pós-graduação trabalhando nas Unidades, como o Curso de Saúde da Familia na Faculdade de Medicina; o Curso de Gráfica Digital que trabalhava na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Logo, poderiam pensar nesta atividade mista. O que tinha com este trabalho das comissões de transição eram pedidos de reintegração do Curso de Educação no Campo e do Curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância para voltarem à Unidade Acadêmica do CEAD, para continuarem trabalhando juntos, e uma disposição muito grande dos professores trabalharem com as Unidades Acadêmicas nesta oferta de vinte por cento de EaD dos cursos de graduação. Já ofereciam em parceria com o Centro de Engenharias, uma disciplina para três cursos de Engenharia e duas disciplinas para o Curso de Gestão Pública dentro da possibilidade que estes cursos têm dentro dos seus currículos, pois também não adiantava o CEAD querer oferecer estas disciplinas se os currículos de graduação não tivessem esta possibilidade. Os currículos precisavam ter a vontade de trabalhar com as disciplinas de EaD. Os professores do CEAD desenvolviam uma série de projetos de pesquisa, de ensino e de extensão, na medida do possível, dentro das limitações que vinham sofrendo desde que a Administração havia assumido no ano anterior e a Unidade Acadêmica vinha sofrendo uma série de impedimentos nestes trabalhos, mas a proposta havia sido encaminhada e o pedido que trazia era que continuassem fazendo a discussão da EaD em conjunto e que tivessem mais tempo para fazer esta discussão, no sentido de manter a Unidade viva, fazendo este trabalho em conjunto com o CEAD à frente, podendo manter esta pesquisa, este ensino e extensão vivos na figura dos professores que dentro de uma Unidade Acadêmica têm mais estrutura para conseguir pensar isto em conjunto. Nesse momento o senhor presidente abriu inscrições, para que os conselheiros fizessem suas manifestações. Antes de passar a palavra aos conselheiros, solicitou à Vice-Reitora, que falasse como presidente do Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão - COCEPE. A conselheira Denise Gigante falou em nome do COCEPE. Disse que já haviam falado sobre este assunto em outra reunião do CONSUN e o mesmo já havia sido discutido no COCEPE. Relatou que quando assumiu o COCEPE, em dezembro de 2013, recebeu correspondência da CAPES, onde era dito que na verdade não teria interferência na autonomia da Universidade em decidir a forma de se organizar. No entanto, havia uma recomendação de que o ensino a distância estivesse próximo ao presencial. Nessa perspectiva o assunto foi discutido no COCEPE, do ponto de vista pedagógico e acadêmico, sobre como deveriam estar organizados os cursos a distância, que deveriam estar próximos ao presencial e assim, desta forma, por unanimidade, O COEPE, entendendo do ponto de vista pedagógico, que os cursos a distância e presenciais deveriam estar próximos. Disse que não tinha muita experiência em EaD, pois vinha de um curso da área da saúde, onde há um curso de pós-graduação, mas pensando especificamente na graduação e pensando nos cursos da área da saúde, embora acreditasse que não se tenha pensado, mas na área da Enfermagem, e talvez este assunto já tivesse sido comentado, pensava que um curso de graduação a distância, na construção de um Projeto Pedagógico, de um curso que não estivesse próximo ao presencial, que não houvessem atividades práticas, não conseguiria entender este curso sem estar próximo ao presencial. Desta forma, do ponto de vista pedagógico, foi esta a discussão que acontecera no COCEPE, e, baseado nisso, aquele Conselho aprovou a extinção do CEAD, pois não entendia um curso a distância que não estivesse próximo ao presencial. A seguir, o senhor presidente passou a palavra à conselheira Tereza Fujii que deixou claro que em nenhum momento os técnicos-administrativos haviam falado que eram contra ou a favor da extinção do Centro, mas queriam colocar sua possibilidade de escolher para onde ir, caso isto acontecesse. Havia muita dificuldade na categoria em discutir a questão e esta discussão deveria ser pautada na Universidade. Deveriam saber que ensino queriam, para onde a estrutura iria apontar. A conselheira Mariângela disse ser importante resgatar a questão histórica de como o CEAD havia sido criado. A política de debate sobre EaD deveria ter sido feita no início das



247

248

249

250

251

252

253 254

255

256 257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289 290

291

292

293

294 295

discussões. Deveriam ser honestos em ver que deveriam fazer o debate, mas este não estava iniciando naquele momento. Lembrou a promessa de campanha do Reitor que isto seria pauta do Conselho. A valorização dos professores deveria ser resgatada e não era possível continuar com cursos que não dialogavam entre o presencial e a distância. A conselheira Márcia Bueno disse que o assunto dava margem a várias reuniões. Estavam discutindo a forma e não a essência. Preocupava que já tivessem agendado reunião com os Diretores e Comissão do Processo de Transição sem que o assunto tivesse sido votado no CONSUN. O EaD era um compromisso da Universidade Pública. Não acreditava que, pelo fato de ter sido criado de forma equivocada, por ter vícios de origem, ele não pudesse ser corrigido nas suas falhas e não poderia cumprir o papel que lhe cabia. O s cursos que começaram nas suas Unidades de origem presenciais, a medida que amadureceram se constituíram em um centro. Se o Centro já existe, por que, ao invés de corrigirem vícios de origem, preferiram extinguir e começar uma estrutura nova? Por que desmanchar uma estrutura que já existe e iniciar outra sobre a qual não haviam discutido e que não sabiam como iria ser, o que iria acontecer? Era evidente que existiam problemas no CEAD e desde sua origem havia problemas na sua administração, mas acreditava que seria muito mais fácil consertar o CEAD e termos um Centro de altíssima qualidade do que começar uma estrutura nova. Não via porque o CEAD não poderia dialogar com as Unidades de Ensino Presencial. Não poderia haver uma integração entre os Conselhos Departamentais do CEAD e dos diversos cursos presenciais? Acreditava que o exemplo do EaD do Curso de Especialização da Faculdade de Medicina era muito claro. A metodologia do EaD é muito diferente. Temos Odontólogos orientando Médicos e Enfermeiros orientando Nutricionistas. porque a metodologia é muito específica. Mais específica do que a especificidade da profissão e da área do conhecimento é a especificidade da metodologia do EaD. Seu receio era que o EaD que ainda não estava consolidado na Universidade fosse se diluir dentro dos cursos presenciais, porque era muito mais fácil ser professor de ensino presencial do que ser professor de EaD e quem ministra aulas no EaD sabia disso. Por isso, se quisessem a UFPel com representação no EaD significativa era fundamental que mantivessem o CEAD como um filho que nasceu com problemas e necessitava de uma atenção redobrada. O conselheiro Luciano Agostinni disse que, em primeiro lugar gostaria de deixar claro que, do seu ponto de vista, esta proposta era de fortalecimento da EAD na UFPel. Fortalecimento na medida em que entendiam que a EaD deveria estar em todas as Unidades Acadêmicas e deveria estar espalhada na Instituição. Especialmente do ponto de vista dos cursos de pós-graduação tinham uma enorme dificuldade em fazer ações centralizadas em um único Centro. Quanto mais distribuída e integrada com a educação presencial, mais fortalecida ficaria. A EaD é uma modalidade de ensino e não uma área de conhecimento. Como modalidade ensino era importante que as pessoas estivessem integradas e que pudessem, inclusive, contaminar no bom sentido os professores que estavam acostumados com o ensino presencial também com ações de EaD. Isto lhe pareci fundamental. Além disso, lhe parecia que não precisavam reinventar a roda. A maior parte das universidades e universidades públicas, inclusive, as maiores universidades e as que têm mais bem sucedidas experiências em EaD não possuem Centro de EaD específico para isto, justamente porque o EaD permeia toda a universidade, assim como a pós-graduação. Não seria possível quererem criar um centro para instalar a pós-graduação. Queriam criar a PG em toda a Universidade em todas as áreas de conhecimento. Do ponto de vista acadêmico e pedagógico, só existem ganhos e a EaD fortalece as áreas e do seu ponto de vista ninguém poderia discutir e isso lhe parecia óbvio. Do ponto de vista Administrativo tinham outro ganho que era justamente criar uma estrutura que podería ser compartilhada por todas as áreas do conhecimento, para ter acesso às tecnologías e recursos computacionais para dar conta do EaD, que no momento ficava centralizado em um Centro que só atende isto quando faz um favor para as outras Unidades. Criar esta estrutura, se bem feita, lhe parecia que iria funcionar bem. Além disso, porque estariam indo contra a recomendação da própria CAPES? Acreditava ser importante terem esta

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2014 – FLS. 7 de 17

296

297

298

299

300

301

302

303 304

305

306 307

308 309

310

311

312

313

314

315 316

317

318

319 320

321

322 323

324 325

326

327

328 329

330

331 332

333

334

335 336

337 338

339

340

341

342

343 344

345

posição e já tinham uma manifestação clara do COCEPE a favor da junção das áreas de EaD com as presenciais. No seu ponto de vista, todos os caminhos indicavam que a extinção do CEAD era um grande marco fortalecedor da EaD na UFPel. Nesse aspecto lhe parecia que era um compromisso de Gestão, tanto para os técnicos-administrativos quanto para os professores que estavam lá, para não serem tratados como sub-professores nesta Instituição, para estarem juntos às Unidades Acadêmicas, para terem chance de fazer pesquisa, pós-graduação e ensino de grande qualidade quanto para a estruturação física da nossa própria universidade. Do seu ponto de vista em todos os setores teriam ganhos com a extinção do CEAD e certamente teriam muito mais amplitude nas ações de EaD que iriam realizar. O conselheiro Victor Gonçalves disse que estava ali como Diretor do IFM e estava com um papel especial, porque na realidade o pensar EaD iniciou dentro do IFM em dois mil e quatro. Quando dizem que a UFPel não tem uma política de EaD, na realidade ela foi pensada muito antes da maioria dos professores que estão lotados no CEAD chegarem à nossa Universidade. Infelizmente, como muitos já sabiam de reuniões anteriores, o IFM havia sido atropelado e teve seu curso de Matemática da área de EaD retirado de forma abrupta, não democrática e não dialogada. Isso gerou inúmeros problemas para eles e durante estes mais de quatro anos que se seguiram eles continuadamente lutaram junto à Administração para o seu retorno, por entender sim que a qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão se dará como um todo na area de Matemática, Física e Exatas pela aproximação das modalidades, como o conselheiro Luciano havia comentado. Separadamente isto não iria funcionar. A sua ação sempre foi de trazer para junto da área básica e junto do curso presencial, para, a partir da sua aproximação, qualificar o presencial e o curso a distância. Quando saiu a Portaria retornando o curso ao IFM, na primeira reunião que fizera tiveram o seguinte posicionamento como Unidade: o que os colegas que lá estavam administrando o curso precisavam do apoio do IFM. Em momento algum haviam desvalorizado o trabalho feito pelo CEAD. Muito antes, pelo contrário, queriam contar com aqueles professores dentro do IFM e apoiar a execução da melhor forma. Quando na primeira reunião, pós-retorno do curso ao IFM, haviam colocado o que os colegas que lá estavam e o Colegiado que lá estava precisavam de apoio do IFM para iniciarem o primeiro semestre. Fora isto, queria dizer que estavam, naquele momento, atuando e queriam qualificar o EaD e quando falavam em extinção do CEAD o que na verdade precisavam dentro da Universidade, para ter um apolítica sólida, do seu ponto de vista, era sim ter uma unidade de apoio que apoiasse todas as Unidades que quisessem ter esta modalidade. Era fundamental e não adiantava querer ficar com a dicotomia: um curso dentro da Unidade Acadêmica e toda a estrutura dentro de outra Unidade. Precisavam sim de uma Unidade única de apoio que desse sustentação a todas as ações. Disse ainda que não era mais fácil o presencial do que a distância. Isso era inaceitável dizer. E mais: os professores que estavam chegando ao IFM ou que quisessem retornar para lá, estavam tendo a opção de, se quisessem atuar somente em EaD, seriam respeitados e isto era básico para qualquer docente da carreira, assim como os servidores. O conselheiro Edar Añaña disse que sua manifestação seguiria a mesma lógica que já havia defendido na reunião anterior. A ele parecia que estavam entrando muito na questão extinção do CEAD, quando deveriam estar discutindo EaD. Isto seria estratégia para o futuro. Disse que estivera no Colegiado do Curso de Matemática, em 2004, quando se discutia muito mais EaD, do que estavam discutindo atualmente. Nesta Administração, infelizmente, discutiam primeiro fechar o CEAD e depois discutiriam o resto. A prova disto estava na reunião marcada para o dia seguinte com as Unidades, quando possivelmente teriam a oportunidade de discutir a sua inserção, mas depois de votarem a questão do CEAD. Isto era uma coisa que o preocupava substancialmente. Na última reunião havia chegado a usar uma palavra bastante forte, pois havia dito que este era um gesto de capricho e havia usado esta palavra exatamente porque a ele parecia que o fechamento do CEAD, independente da questão da discussão do EaD, porque tem que existir e ser qualificada, a discussão do fechamento do CEAD é uma discussão tão caprichosa porque desde



347

348

349 350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369 370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382 383

384

385 386

387

388

389

390 391

392

393 394

395

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 84/2014 – FLS. 8 de 17

o início ficou bem claro que o EAD foi largamente perseguido e as pessoas foram ameacadas pelo corte de bolsas e ameaçadas pelo estômago se insistissem em votar e toda a questão que sabiam ter acontecido. A Diretora eleita só foi tomar posse nove meses depois de ter sido eleita. Haviam desviado o foco que deveria ter sido mantido. Esqueceram o EaD e passaram a se dedicar somente ao CEAD e seus caprichos. Esta era a questão do futuro para o EaD: O que queriam para a Universidade daqui a dez ou cinco anos em termos de ensino? Qual será a estratégia de inserção destes cursos na comunidade? Qual será a plasticidade que estes cursos terão nos polos quando se esgotarem as demandas de cada curso? Será que isto terá a mesma flexibilidade que existe nas Unidades Acadêmicas? Isto não sabiam e era bem complicado de fazer ao nível de Unidades. Disse que concordava com todos que havíam o antecedido na questão da sinergia entre a EaD e a presencial. Isto era indiscutível, mas isto pura e simplesmente não justificava o fechamento de uma Unidade. Estavam às vésperas de decretar o fim de uma Unidade Acadêmica em um período em que a UFPel estava oferecendo 3.772 vagas ociosas que não tinha como preencher, por falta de candidatos e estas vagas não estavam no CEAD. Portanto, o CEAD poderia tranquilamente conviver oferecendo cursos que não estejani em duplicidade, em áreas novas, apoiando as outras Unidades, como também estes cursos poderiam ser transferidos para suas Unidades, porém, mais importante que discutir a extinção do CEAD é discutir o futuro da EaD na UFPel, porque enquanto tivessem estes professores com dedicação exclusiva, para se legitimares precisarão manter exclusivamente o foco na EaD, coisa que não acontecerá, a menos que seja uma preferência declarada destes. Confessou que anda não tinha bem claro que o EaD iria melhorar ou seria melhor conduzido fora do CEAD ou com a desistência dele. A conselheira Luciane disse que já havia colocado em uma reunião anterior onde haviam discutido este tema, que a Enfermagem tinha uma posição do Conselho Departamental em relação à extinção do CEAD. Disse que a Enfermagem não era um bom exemplo, pois existia uma posição nacional do Conselho de Enfermagem, sendo contra a criação de cursos a distância por ser uma profissão da área da saúde eminentemente prática e não há possibilidade de aprender desta forma, tanto que existe um curriculo todo baseado na iniciação precoce do aluno e por isso ela não é um bom exemplo. Seu argumento na verdade, que era o que haviam discutido, tinham uma concepção de que esta discussão deveria ser feita a partir do caráter pedagógico. Sabia que houve muitos descaminhos na gestão anterior en relação ao CEAD e houve um atribulamento nos encaminhamentos, o que foi muito ruini também nesta gestão em relação ao CEAD, mas o que estava em discussão naquele momento era uma questão pedagógica muito importante. Não poderiam dizer que não fazia diferença, pois fazia sim muita diferença ter um curso a distância locado na área base de conhecimento. A concepção pedagógica da FE do EaD, como democratizador do acesso à universidade, diz respeito ao que ela possibilite uma continuidade de estudos. N ao poderiam também dizer que uma coisa prescinde da outra. Esteve lendo alguns artigos que mostram que 75% destes cursos de EaD são nas áreas de Licenciatura de Ensino, então deveriam pensar pedagogicamente onde existe potencial de formar melhor os professores para nossas escola, pois este é o nosso compromisso enquanto universidade. Se eles se perdessem nesta discussão das nossas especificidades tão específicas, iriam perder de vista uma oportunidade de potencializar a EaD e ETA está em fazerem os enfrentamentos das disputas pedagógicas dos currículos e construir uma outra forma de ensinar junto à área de conhecimento. A conselheira Márcia havia usado o exemplo do curso de Especialização em saúde de Familia e ele está em um núcleo de excelência de formação na área da saúde. Por isso, por uma argumentação pedagógica, a Enfermagem é favorável à extinção do CEAD. O conselheiro Osório disse que entendia preliminarmente que a reunião do dia seguinte era uma ação concreta, independente da decisão do CONSUN, pois a questão da EaD era uma prioridade Institucional e precisava ser levada adiante. A premissa de sua fala era de que a EaD é uma modalidade inclusiva e viria inexoravelmente cada vez mais e como tal deveria ser ampliada e qualificada. A partir daí viria



397 398

399

400

401 402

403

404 405

406

407

408

409 410

411 412

413

414

415

416 417

418

419 420

421

422 423

424

425 426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438 439

440

441

442

443

444

445

a questão: Como ampliar? Temos a responsabilidade de ampliar como uma modalidade inclusiva e uma modalidade que pode ser qualificada. Entendia que talvez não exista forma mais adequada para ampliar senão aproveitar o potencial das nossas vinte e duas Unidades Acadêmicas, de todos os Departamentos que temos e dos noventa e nove cursos e da comunidade que lá trabalha. Era preciso que naturalmente, para ampliar, pudessem estimular a todas estas estruturas universitárias, Unidades, Departamentos e cursos e os professores, os técnicos e os próprios estudantes, para eu eles conheçam os instrumentos da modalidade a distância e que eles se sintam absolutamente seguros de que uma incursão nesta área garantirá a qualidade de ensino. Nós precisamos mandar esta mensagem para todos na Universidade que efetivamente existem meios de se fazer EaD com qualidade. Com isso estaremos tendo possibilidade de estimular a todos a pensar em EaD e não apenas em uma Unidade Acadêmica. Entendia que o papel que um órgão que exista na Universidade para cuidar da EaD será muito mais efetivo nesta perspectiva de disseminar a EaD a todos os lugares na Universidade em que se faz pesquisa, ensino e extensão se ele não tiver cursos, mas a responsabilidade institucional de ser uma equipe com expertise e condição de oferecer às Unidades. Departamentos e Cursos e aos professores e técnicos a possibilidade de também eles fazerem com que a EaD exista em suas Unidades. Disse que também entendia que a alternativa criada, por exemplo, pela UFMG, e são ene universidades que fazem desta maneira, que criou um núcleo para apoiar a EaD e definiu no artigo segundo, item g do regulamento do ensino, o papel deste órgão é incentivar a participação em EaD de docentes dos diversos departamentos da UFMG e apoiar a implantação de cursos na modalidade a distância nas diversas áreas e departamentos. Parece que isto concretamente é oferecer uma tecnologia e uma competência para que todos possani desenvolver EaD generalizando esta modalidade na instituição. A segunda questão era em relação à qualidade: entendia que todos tinham um discurso pela qualidade e ninguém naquele lugar ou na Universidade diriam que a qualidade institucional era dispensável. Não conseguia enxergar que estes cursos tenham qualidade se não estiverem aninhados às áreas de conhecimento. Para finalizar queria dizer que a ele parecia absolutamente estranho que tivessem toda a modalidade EaD concentrada em uma Unidade que seria o paralelo ao contrário todas as modalidades presenciais serem colocadas em uma única Unidade. Parecia absolutamente claro que o grande desafio era que conseguissem efetivamente fazer que as Unidades assumissem a EaD e que isso se generalizasse na Universidade como um todo. O conselheiro Tony falou em relação à discussão do EaD, acreditava que, na medida em que voltavam a discutir este tema, não poderiam esquecer o histórico da forma como foram feitas as discussões, porque normalmente os meios justificam os fins. Além de trazer este histórico era importante estar lembrando a todo tempo e disse que discordava do conselheiro Victor no que ele havia colocado que de uma forma autoritária havia sido tirado o curso sem debate nenhum. Concordava que havia sido de forma autoritária, mas era importante lembrar que outra forma autoritária devolveu este curso à sua Unidade de origem, justificando um erro com outro erro. Na verdade faltou debate novamente neste tema. Outra questão era que até o momento, todas as vezes em que debateram a EaD dentro do Conselho Universitário, e acreditava ser um fórum importante para debater este tema, mas quem deveria principalmente debater a EaD era a comunidade a distância desta universidade. Naquele momento tinham um contato mínimo com os estudantes de EaD e acreditava que eles deveriam ter uma representação no seu local de origem, mas também não tinham como fazer este contato sem ser através do CEAD. Disse ser a primeira vez que discutiam no CONSUN a EaD de forma pedagógica, pois a Administração havia começado a discutir o tema de uma forma política durante um ano e meio e na véspera da votação é que conseguiram fazer o debate de uma forma pedagógica. Uma coisa que o preocupava com a possível extinção do CEAD era que o EaD fosse pautado por um cargo de confiança dentro da nossa Universidade, visto que o CPED iria substituir o CEAD na forma de pensar politicamente de EaD, pois se todos os cursos estariam em suas Unidades Acadêmicas,



447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471 472

473

474

475

476

477

478

479

480 481

482 483

484

485

486 487

488

489

490 491

492

493

494 495

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2014 – FLS. 10 de 17

quem iria pensar o todo da EaD era um cargo de confiança. Outra coisa que o preocupava era que a Administração teve um ano e meio para fazer este debate de forma pedagógica e estavant tendo um dia para estar debatendo e em nenhum outro momento ela se importou em estar ouvindo a comunidade e acreditava que este era muito mais amplo do que apenas dentro do Conselho Universitário e a extinção do CEAD iria permitir que este debate não ocorresse, pois precisavam estar envolvendo a comunidade. Outra questão era sobre o curso de Pedagogia não ter um Pedagogo, mas o curso de Engenharia Hídrica não tinha nenhum Engenheiro Hídrico ministrando aulas neste curso e ele tem nota cinco e é referência dentro da Universidade. Sobre a questão de alocação, temos cursos de Engenharia que não estão locados no Centro de Engenharias e pelo que passam, são cursos que têm bom encaminhamento e são referência na Universidade. Era importante terem este debate de uma forma muito mais profunda do que a forma como estavam tendo. O conselheiro Sidney disse que sua manifestação iria no sentido de se alinhar a todos que haviam se mostrado favoráveis à discussão do EaD na UFPel. Pensava que estavam justamente pagando o preço por não terem trazido anteriormente a discussão ao Conselho Universitário e estavam o fazendo no momento de votar a proposta de extinção do CEAD. Disse que queria fazer um depoimento, pois assim como havia expressado o conselheiro Victor, a respeito da Matemática, no ICH a discussão sobre o EaD precede a própria existência do CEAD. Eles, por volta de 2004, haviam iniciado esta discussão e ele teve a oportunidade de ser coordenador adjunto do curso de Licenciatura em Geografia a distância dentro de um organismo que foi precursor desta discussão em todo o Rio Grande do Sul, que foi a Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância, formado pela UFPel, a FURG, a UFSM, a UFRGS, a UFCS e mais quatro Universidades Comunitárias do Norte do Estado. Logo, esta discussão do EaD dentro do ICH está presente pelo menos desde 2004 com a inserção da Geografia dentro desta Rede de Ensino Gaúcho Superior a Distância e isto foi anterior à UAB, ao CEAD e aos PROLIX, que financiaram bolsas para estes cursos e a experiência que tiveram foi de um curso que nasceu e funcionou dentro do próprio Departamento de Geografía e s professores do Departamento eram os professores do curso de Licenciatura a distância, sendo o mesmo que ocorreu nas outras universidades e fazendo parte desta Rede Gaúcha, fazendo parte do Conselho Administrativo Adjunto, a experiência que teve oportunidade de vivenciar foi de que os cursos que eram oferecidos pelo ICH junto aos próprios cursos presenciais tiveram uma qualidade significativa, porque tiveram oportunidade de conhecer os cursos destas outras universidades que faziam parte da rede e todos eles funcionaram a partir dos cursos presenciais. Nasceram em seus próprios Departamentos, como há pouco haviam aprovado o curso de Filosofia no IFISP e no próprio Instituto haviam organizado uma nova proposta de cursos de EaD na modalidade de Especialização juntando alguns dos cursos que caracterizam a área de humanidades que seriam: Geografia., História, Antropologia e Arqueologia, para a oferta de um curso de PG nesta área também. Nascido da discussão dos Departamentos e do Conselho Departamental da Unidade, este projeto está parado na Unidade, porque estão aguardando a discussão sobre a definição da política de EaD da Universidade e não fizeram como fez o IFISP, eu levou adiante a proposta antes da definição. Aguardaram porque tinham dúvidas de como seve ser esta política, mas independentemente disto sua fala iria no sentido de trazer este relato de experiência do EaD que nasceu junto com os cursos presenciais e por isso entendia que a manutenção desta proposta pedagógica era mais importante dentro da estrutura da A conselheira Lúcia Peres disse que iria manifestar a discussão que estavam Universidade. tendo na Faculdade de Educação (FaE) e dizer que para além dos erros passados, além das dificuldades que tinham de enfrentar nesta discussão, pois ela era bastante nebulosa, tinham de se perguntar o seguinte: todos os segmentos da graduação e pós-graduação da Universidade são balizados por alguns órgãos importantes e neste caso a CAPES que já havia manifestado sua posição sobre qual seria o encaminhamento desejável e epistemologicamente mais correto. Outro aspecto é que no fórum de Diretores das Faculdades Federais de Educação está muito



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÂRIO – ATA Nº 04/2014 – FLS. 11 de 17

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507 508

509

510

511

512 513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532 533

534

535

536

537 538

539

540

541

542

543

544

545

clara esta discussão e queria se filiar ao argumento dos conselheiros Luciano e Victor que isto está relatado em pesquisa e nos dias 27, 28 e 29 do mês de março esteve em reunião em Curitiba e este tema esteve em pauta: para que nós possamos profundizar e qualificar não só a EaD, mas também os CCs de Programas que têm demandado o Governo a todas as universidades, é preciso que juntem forças e que busquem minimamente o encaminhamento pedagógico para pensar, neste caso, a formação de professores. Como estavam tratando deste assunto, pensava que estavam tentando melhorar as condições de trabalho na Universidade e em alguns momentos a ela parecia que estavam fazendo um jogo de força e não pensando na Universidade. Alguém havia falado em duplicidade de cursos e nós temos sim duplicidade, pois temos o Curso de Pedagogia a Distância e Pedagogia presencial diurno e noturno que atualmente estava sendo discutindo e repensado a partir dos parâmetros que estavam sendo colocados para a Faculdade. Precisavam se engajar nisto e nada melhor do que os cursos estarem nas Unidades, para que isto pudesse acontecer. É fundamental, crucial que a UFPel tenha uma posição sobre a política de EaD nesta universidade, que pese que ai começariam a fazer arremedos. O conselheiro Rafael Vetromille disse que falava como representante dos coordenadores dos cursos de graduação e também como pesquisador na área de EaD, com Doutorado e Mestrado em Educação e com pesquisa nesta área desde o ano de 2001, iniciada exatamente na UFPel. A ele parecia que a questão de extinção ou não do CEAD não era o ponto central. Como o conselheiro Luciano e outros conselheiros haviam colocado e outras experiências que conheciam no Brasil, os resultados são otimizados quando há este diálogo, ou melhor, quando não há separação entre a modalidade presencial e a distância. O que o preocupava era a situação onde a UFPel foi parar e não vinha ao caso responder como foi parar e sim que como estava a EaD e o encaminhamento que teriam que dar para ter a solução. Disse que tinha ido para a reunião naquele dia tentando encontrar naquele fórum e pela Administração, a solução para um problema que para ele era central nesta questão que era o impacto desta decisão, o impacto da extinção do CEAD na vida dos professores do Centro, nas Unidades eu receberiam estes professores e na própria política de EaD nesta Universidade. Concordava com o conselheiro Osório quando este disse que ninguém iria pregar a falta de qualidade nas decisões que propunham, mas para fazerem um discurso, tinham de ter uma responsabilidade muito grande quando faziam uma proposta de fim de uma Unidade. Naquele momento, no ponto em que estava a discussão da matriz de alocação de vagas, a EaD em graduação não era contemplada na divisão de vagas das Unidades. Poderiam, com isto, prejudicar as Unidades que iriam receber estes professores, como também prejudicariam de maneira ampla a própria EaD na Universidade, pois sabiam que além de prestar um serviço público e de inclusão, também trazia recursos de alta monta para a Universidade. Disse que ficaria bastante a vontade para decidir peă extinção do CEAD, por lhe parecer plausível, por todos os documentos, se tivesse a segurança de que os alunos e a relação aluno/ professor (dos cursos a distância) contasse na matriz de alocação de vagas, porque nenhuma Unidade estimulará o professor a fazer EaD, se estas horas não fossem computadas dentro da matriz que distribuiria estas vagas. A ele parecia que esta discussão deveria ter sido anterior à decisão e lhe parecia bastante simples: existem vários casos que propõem um número mágico para EaD, que equivaleria ao número de alunos por professor do ensino presencial. Parecia ser prudente para a Universidade que tivessem uma posição e encaminhamento junto ao COCEPE de que as Unidades que recebessem esses cursos não fossem prejudicadas, os professores não fossem prejudicados e que a EaD nesta Universidade não fosse prejudicada. A conselheira Urania Sperling disse que tinha várias questões eu havia analisado após se reunir com os coordenadores dos cursos de EaD, exatamente para ouvi-los e entender um pouco como sería este processo até mesmo em função de sua representação neste Conselho e continuava com muitas dúvidas que gostaria que fossem realmente esclarecidas. Disse que tinha mais dúvidas do que respostas e posicionamentos em favor naquele momento de extinção de uma Unidade



547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585 586

587

588 589

590

591 592

593

594 595

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 04/2014 - FLS. 12 de 17

Acadêmica e no caso o CEAD. Gostaria de saber melhor como ficariam as Unidades que receberiam os cursos e como funcionaria na prática. Sabia que já existiam comissões que foram definidas para relotar os cursos e gostaria de saber como estavam as discussões, a situação do Curso de Educação do Campo, que não tem a modalidade presencial e como estava sendo a discussão deste curso especificamente. Qual era realmente o posicionamento dos alunos, dos técnico-administrativos e dos próprios professores, pois até aquele momento não tinha conseguido ouvir nenhum relato do posicionamento das três categorias que compõem o CEAD. Disse que na fala inicial do presidente este havia dito que queria uma nova política para a EaD na UFPel e perguntou qual seria esta política, pois ainda não tinha isto claro e gostaria que pudessem ali realmente discutir e chegar a uma decisão sobre a nova política de EaD na Universidade, porque os cursos estavam sendo colocados de forma invertida. O senhor presidente disse que como havia se inscrito, iria aproveitar sua fala para responder as questões que haviam sido apontadas pelo conselheiro Rafael, disse que na elaboração da matriz este era um tema que ainda deveria ser apresentado ao COCEPE e o próprio CONSUN. Relatou que havia levado em consideração como indicador a EaD, só não codificando, pois justamente por não serem codificados os estudantes, obviamente não poderiam codificar os professores da EaD, que estavam junto ao CEAD. Deveriam discutir, assim como haviam discutido os demais codificadores como contemplar, na medida em que os Diretores entendessem que havía um consenso e então sim, contemplariam segundo o que fosse acordado, mas já havia na matriz a indicação da importância da UFPel levar em consideração o número de estudantes e da mesma forma, se por ventura entendessem, o número de professores, que naquele momento estavam fora da matriz. Tinham, independente do que acontecesse naguela reunião, de discutir o tema e contemplar na matriz, por ser encargo docente . Em relação à questão da Educação no Campo e as demais questões levantadas pela conselheira Urania, quanto à política de EaD, o curso estava dentro de um dos grupos de trabalho, havia uma concepção epistemológica de que o curso poderia ir para a Faculdade de Educação e o debate com os professores do CEAD havia conseguido fazer e estavam trazendo a posição dos professores favoráveis e contrários e dizia que tinha um número muito significativo de pedidos de remoção que ainda não havia aceitado, para poder finalizar este debate. Em termos de política, entendia que deveria haver o fortalecimento da EaD e deveria, portanto, ser estabelecida ma política Institucional para tanto e cabia ao COCEPE ajudar nesta formulação e queria que esta modalidade de ensino fosse um instrumento efetivo de inclusão e de ampliação da qualidade, inclusive do presencial, de forma que a estrutura de apoio - CPED - pudesse ampliar, por estarem comprando um milhão e duzentos mil Reais de equipamentos de informática, para ampliação da capacidade instalada de tal forma de forma que a plataforma de EaD também pudesse ser utilizada pela presencial à luz do que permite a legislação. Isso era um grande ganho e esta Unidade de Apoio se preocuparia com a infraestrutura necessária para o funcionamento e as Unidades, portanto, entrariam com a sua expertise acadêmica para o desenvolvimento dos cursos assim como o apoio da Instituição. A conselheira Daniela Hoffmann disse que foi falada a questão de centralizar os cursos de EaD no CEAD, mas estes não estavam centralizados. O CEAD estava querendo se manter como Unidade Acadêmica e estavam solicitando a volta do Curso de Educação no Campo e a Licenciatura em Pedagogia que haviam pedido o retorno para o Centro. O curso de Matemática já havia sido transferido para o IFM, o curso de Espanhol estava fazendo a transição para o CLC e era vontade do curso, manifestada em várias reuniões de Colegiado e todos já haviam entendido e não tinham a mínima postura de ficar contra e não iriam lutar contra. Não brigariam também pelo curso de Filosofia, pois entendiam que este já havia sido criado no IFISP e era decisão tomada por este Conselho. Entendia que a reunião dos Diretores seria para terem uma postura para que vários outros cursos pudessem ser criados. O que o CEAD queria era se colocar como esta Coordenadoria com a vantagem de ser uma Unidade Acadêmica com a possibilidade de ter estes professores lotados e ter a condição de Centro, para ter possibilidade



597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631 632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

de desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão, o que não quer dizer que não vá ter a possibilidade de ter integração com as outras Unidades e aproximações da Pedagogia presencial e Pedagogia a Distância a e questão de não existir correlação do Curso de Educação no Campo. que é um curso de Pedagogia e poderia ter uma proximidade com a FaE. Se estas coisas não haviam acontecido até o momento poderia investigar o porquê. Existia aí a questão da sobrecarga que os professores sempre tiveram, mas poderiam perguntar às Unidades presenciais porque isto não tinha se desenvolvido até o momento. O CEAD sempre teve uma postura de sim, entender as demandas do presencial e poderiam perguntar quais os professores que utilizavam o Moodle Institucional, por exemplo. O Moodle Institucional é uma ferramenta que estava sendo atendida pelos técnicos de informática do CEAD até aquele momento. Se iriani criar toda uma Coordenadoria para dar conta das questões de informática de EaD, esta estrutura poderia ser feita na Unidade Acadêmica e se esta Coordenadoria iria dar conta das questões de EaD da Universidade, porque a Unidade Acadêmica não poderia fazer isto? A Unidade não iria se fechar em si e virar as costas para a Universidade e o CEAD poderia fazer isto na medida em que continuasse existindo. O conselheiro Paulo Roberto Ferreira falou que queria lembrar que estavam discutindo a extinção de uma Unidade Acadêmica, mas se pensassem e analisassem com detalhe, o CEAD nunca havia funcionado como Unidade Acadêmica da Universidade, pois os alunos nunca foram registrados na UFPel, apenas quando tinham necessidade de reconhecer cursos. Se perguntassem ao DRA como era feito o registro dos alunos da EaD veriam que isto era pavoroso. O aluno pedia formatura e ficava sabendo que não tinham registro na Universidade. Outra questão importante era em relação ao orçamento. O CEAD sempre teve um orçamento de milhares de Reais e nunca havia sido discutido com as outras Unidades Acadêmicas como seria investido o dinheiro vindo da UAB. O orçamento vindo da UAB sempre foi investido no CEAD. A conselheira Lúcia Peres disse que não estava na reunião para polemizar nem particularizar nenhum caso, mas como a Professora Daniela havia falado e citado uma questão que para ela havia ficado imbuída, gostaria de retomar o assunto. Dizer que a Unidade presencial nunca procurou era uma inverdade, pois foi uma das Unidades que procurou pessoalmente o CEAD juntamente com a Vice-Diretora. Estivera em reunião onde estavam presentes o conselheiro Victor e Sidney e Luis Isaías onde ela particularmente havia dito para as colegas da Pedagogia e Educação do Campo que não sabiam qual o destino do Centro e precisavam sentar e conversar e ver o que estava faltando. Estavam acompanhando a comissão de transição que estava muito complicada. Só havia falado para não ficar um mal entendido nem inverdades. O que era verdade e fato era que ela enquanto FaE todo o tempo estavam querendo saber e perguntavam sempre ao Reitor como seria o processo. A propósito das questões que todos haviam colocado. Queria que ficasse muito claro: teoricamente o desejo não seria da FaE até mesmo porque o Curso de Pedagogia havia nascido muito conflituado. pois começou n a FaE e nas sombras havia sido criado de outra forma, mas estavam abertos para problematizar e tentar qualificar a formação. O conselheiro Tony Sechi disse que na verdade depois da fala de alguns conselheiros havia conseguido compreender o verdadeiro interesse de algumas Unidades em receber estes cursos as Distância, pelos milhares ou milhões em dinheiro, que o conselheiro Paulo havia colocado, que envolvia o EaD, porque se na verdade ocorresse uma vontade de melhorar o EaD quem sabe estariam discutindo a extinção. mas durante este ano e meio estariam procurando soluções para qualificar o EaD. Perguntou a alguns Diretores e colocou antes de tudo que o DCE não tinha um posicionamento, pois não conseguia ter contato diretamente com o EaD. Clamavam por um debate aprofundado na Comunidade Acadêmica e perguntou aos Diretores se a sua Comunidade Acadêmica se o seu Conselho Departamental ou se os Diretórios Acadêmicos dos cursos de sua Unidade tinham sido ouvidos, pois todos tinham uma representação no Conselho e ninguém falava por si mesmo. Queria colocar que o DCE não tinha uma posição, pois queriam um debate aprofundado, pois era muito pequeno a Universidade estar debatendo o tema apenas no



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA N° 04/2014 – FLS. 14 de 17

646

647

648

649

650

651

652

653 654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

Conselho Universitário, sendo que este era um tema que iria mexer com a vida de mais de quatro a cinco mil estudantes e com diversos professores, mas sabiam da realidade da nossa universidade de disputa de orçamento, de disputa por mais professores e era muito cômodo ficarem neste debate neste sentido, quando poderiam estar buscando soluções para a qualificação do EaD. Sabia que muitas pessoas haviam feito este debate, mas a maioria com certeza não havia feito e tinha certeza que muitos não estavam respaldados por suas Unidades Acadêmicas ou pelas suas representações, para estar votando a favor da extinção do CEAD. O DCE não tinha posição, pois acreditavam que somente a manutenção do CEAD iria proporcionar que continuassem debatendo o EaD, porque após a extinção não teriam como voltar atrás e deixou declarada a abstenção dos representantes discentes, por acreditarem que deveriam fazer um debate mais aprofundado deste tema. A conselheira Daniela Hoffmann falou que queria esclarecer dois pontos: o registro dos alunos no sistema acadêmico. No período de 2006 a 2011 o registro era feito por um único funcionário do DRA. Todos os cursos de EaD eram enviados por papel para o DRA e eram feitos por um único funcionário. Até havia feito uma brincadeira no documento que enviou para os conselheiros, que em 2009 se o funcionário estivesse com o trabalho em dia, estaria registrando 280 turmas no semestre. Duzentos e oitenta turmas com cinquenta alunos para uma única pessoa registrar. Não era o professor que fazia o registro de sua turma e era óbvio que quando chegou a primeira turma para fazer a formatura, não tinham todos os registros, pois imaginava todos os papeis se perdendo dentro do DRA Não estava querendo fazer críticas à qualidade do trabalho dos funcionários, por ter tido um contato muito próximo com este funcionário na época em que foi fazer a formatura da turma de Matemática, porque teve e digitar várias notas e tiveram de procurar o registro de várias destas notas no sistema virtual, pois tinham se perdido. Era muito trabalho para uma pessoa fazer, pois era assim que o sistema tratava o EaD, diferente do presencial. Realmente existiam muitas coisas erradas no sistema a distância até 2011, quando cada Coordenador de Curso começou a fazer este trabalho. Em relação ao dinheiro, as verbas eram diferentes e foram alguns milhões recebidos pela UAB e não pelo CEAD, porque as verbas são diferenciadas, porque quem financia os alunos a distância é a UAB e estas verbas são muito específicas para fomento de bens de consumo, para as viagens aos polos e para materiais de cópias, envio de provas, correio e não existem verbas para bens materiais, pois estes são adquiridos por edital específicos. Não existe verba para Unidade Acadêmica e a verba do CEAD atual é de 32 mil Reais que é uma verba que a Unidade recebeu com a promessa de devolver quando a UAB contratar dinheiro, pois esta não contrata dinheiro, por ter uma prestação de contas atrasada e isto teriam de perguntar ao Coordenador UAB, porque ela não fazia contato com o dinheiro da UAB. Estava tentando entender as contas do CEAD, pois elas eram muito misturadas com o dinheiro da UAB há anos. Isto não era da Administração anterior e nem da Administração atual que teve a direção e coordenação UAB juntas desde o início. O conselheiro Victor Gonçalves disse que não iria se pronunciar, mas como havia sido citado cabia alguns esclarecimentos. Primeiro lhe estranhava quando a representação discente trazia a defesa de uma ação autoritária se fossem olhar na história, porque não havia sido debatido. Tanto era ilegal que a Portaria foi revogada exatamente porque ela estava mal sustentada. A outra coisa era em relação ao apoio institucional: dizer que queriam passar os cursos para as Unidades Acadêmicas e passar toda a responsabilidade de pensar o EaD na Instituição para uma nova Unidade que seria de cargo de confiança, achava que não estava havendo uma interpretação clara do que é a estrutura da nossa Universidade. Quem pensa ensino, pesquisa e extensão é o COCEPE. NO momento em que qualquer uma destas atividades estiver vinculada a uma Unidade Acadêmica é ao COCEPE que iriam responder e é este Conselho que iria delegar e se pronunciar perante as proposições das Unidades. Por fim, gostaria de esclarecer questão da transição. Esta foi feita, receberam os colegas em fevereiro, para saber o que era necessário para iniciar o semestre, para dar sustentação aos colegas que lá estavam e aquele Colegiado. Não houve interferência nenhuma.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO - ATA Nº 04/2014 - FLS. 15 de 17

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

Infelizmente, na última semana antes do início das aulas, foram surpreendidos no IFM com um documento no qual eram informados de que o CEAD não teria condições de iniciar as aulas en março e mais: que o Colegiado que lá estava lotado estava se dissolvendo. Naquele momento haviam feito contato imediato com a Vice-Reitoria através da presidente do COCEPE para saber o que fariam, porque era exatamente aquilo que estavam buscando evitar. Felizmente com o apoio muito forte da Administração e apoio muito forte dos colegas que estavam no IFM, estavam engajados e se preocupam com a qualificação e o atendimento e a responsabilidade que têm perante os estudantes, haviam conseguido no início da semana anterior dar início ao semestre, com nova equipe a qual haviam solicitado. Com relação ao curso como um todo, se os oito servidores ou os oito professores contratados com esta finalidade e que estavam no CEAD, se fossem para o IFM, este tem plenas condições de continuar atendendo o que já existia e somando os professores do CEAD poderiam se qualificar e expandir. Entretanto a situação naquele momento era crítica, porque dos oito professores que haviam sido contratados para as atividades do CEAD, quatro não queriam seguir acompanhando o curso. Mais do que isto: o problema seriíssimo que tinham no momento era que o curso de Filosofia estava no IFISP, o curso de Matemática havia retornado ao IFM, mas os cursos deveriam ter uma estrutura de apoio. Não queria ter que solicitar ter um estúdio dentro de sua Unidade Acadêmica, assim como o IFISP. Precisavam sim urgentemente, de uma estrutura de apoio para fazer os cursos funcionarem e isto acontecia não só com eles, mas também com outros cursos. Com relação a dinheiro, o IFM já tinha a UAB e o dinheiro antes da criação do CEAD e desde aquela época já tinham muito claro qual era a finalidade do recurso que tem um objetivo único que é atender o curso e qualquer outra utilização é improbidade. Então não é este o foco para retornar o curso ao IFM. O conselheiro Alejandro disse que queria colocar alguns aspectos técnicos e passar longe da briga do interesse político, que as vezes lamentavam. Em primeiro lugar, como havia colocado a conselheira Luciane, dentro do aspecto pedagógico, lembrava apenas que pensar dentro da EaD como "ensinagem" a distância e mais: "ensinagem" por portal de tecnologia. Neste ponto alertava que estas discussões tipo EaD é mais difícil que e presencial é mais fácil etc. deixava isto por conta de um ponto dentro da Universidade: a falta de CPA (Comissão Própria de Avaliação). Deste ponto e vista estavam com um cambalacho e sem avaliação própria, sem avaliação pedagógica e sem um suporte pedagógico dá no mesmo: um bico para um grande professor em sala de aula, pois não existe avaliação de nada e em outro ponto de vista se você vê a revista Science, em todas as edições, ela coloca material de tecnologia pedagógica para ensinar a partir daqueles artigos de pesquisa, Outro exemplo seria o livro Aprendendo a Pensar com a Sociologia, de Zigmund Bauman. Ali se vê efetivamente o que é ensinar a pensar seja presencial ou a distância ou seja, o foco do processo de "ensinagem" e não uma competição entre EaD e presencial até porque existem modelos múltiplos de "ensinagem". Na experiência que teve na UFSC houve muita briga em relação a esta discussão enquanto estavam focados de forma diferente. Finalizou dizendo que se fossem instalar esta Secretaria ela deveria considerar pessoas que tenham currículo e publicações na área de EaD e estas pessoas devem ter voz de execução ao invés de populacionar uma nova secretaria com questões políticas e cargos de confiança, pois se assim fosse, seria o maior tiro no pé que esta Universidade poderia dar. O conselheiro Luciano Agostini disse que na verdade até esta gestão que estava começando ali, a EaD estava de costas para a nossa Instituição. Quanto mais distante da UFPel estivesse, melhor, porque, para gerir seus recursos, tomar suas decisões a revelia do próprio projeto pedagógico da nossa instituição. A gestão que iniciou trouxe o assunto à tona, porque se interessa por ele e porque quer trabalhar com ele e quer integrar estas ações dentro da Universidade como um todo e que não quer mais que isto seja um gueto isolado para alguns poucos se beneficiarem do que lá acontece. É pó isso que vinham com esta discussão e era por isso que ela as vezes era tão mal interpretada e com alguns levantamentos levianos inclusive sobre o que estava motivando as Unidades Acadêmicas a reconhecer a EaD e valorizá-la. Este



747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772 773

774

775

776

777

778

779

780

781 782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793 794

795

processo de valorização e reconhecimento da EaD era uma coisa nova dentro da UFPel enquanto Gestão que era importante dizer que várias Unidades Acadêmicas têm feito uma discussão muito sólida sobre isto há muito tempo e esta discussão inclusive em termos de Gestão na Administração passada foi ignorada, foi patrolada, para construir alguma coisa que do seu ponto de vista era um Frankstein. Como era novidade a valorização desta área dentro de uma Gestão da Universidade, era óbvio que várias questões estavam em aberto. Agora a EaD não estaria mais de costas para a UFPel, porque estaria dentro das Unidades Acadêmicas e seus Diretores teriam que batalhar por isso. Isso iria fazer toda a diferença. A política Institucional de EaD era fundamental e por que isto nunca havia sido feito? Porque a Ead estava de costas para a UFPel e agora queriam trazer a EaD para dentro da discussão acadêmica dentro das Unidades e que esta discussão conseguisse permear diversas áreas e chegar a um bonsenso, um bom termo. So assim, com a participação ampla da comunidade conseguiriam ter uma política verdadeiramente representativa da área para a nossa Instituição. Disse que gostaria de reafirmar que a volta dos cursos para as Unidades Acadêmicas havia sido inclusive uma recomendação deste Conselho e dizer que isto era antidemocrático só poderia ser uma piada de mau gosto. Como último comentário falou sobre a criação de cursos de EaD para áreas que não existem na UFPel era uma abominação total pois só podem criar um curso de EaD se tiverem uma área de base sólida o suficiente e madura o suficiente para conseguir avançar em uma modalidade que é muito mais desafiadora. Criar um curso novo para justificar uma Unidade Acadêmica que não tem pé e nem cabeça e não tem nenhum professor na Universidade para dar suporte a isto era uma tremenda irresponsabilidade. Deveriam foçar nas Unidades Acadêmicas que existem, valorizar estas Unidades e fazer política de EaD por dentro destas Unidades Acadêmicas e não criar guetos que as vezes são inconfessáveis para sua criação. A conselheira Márcia Pinto disse que esta Gestão teve o grande mérito de trazer esta discussão para o Conselho Universitário para dentro de várias Unidades e insto era inegável. A sua grande preocupação era que iriam eliminar o CEAD com todas as preocupações que ele tem, com todos os problemas que ele tem e que já eram conhecidos por todos. Iriam eliminar o CEAD para substituir por uma coisa que eles não tinham bem claro o que era. Eles sabiam, o Reitor havia manifestado e a Vice-Reitora também de que o EaD fosse feito em todas as Unidades. De que forma? De que maneira? Como isso iria acontecer? Não tinham clareza disto. O Pró-Reitor de Pesquisa havia dito que deveriant ter uma estrutura de suporte para isto. O CEAD era uma estrutura que poderia dar suporte. Estas estruturas de suporte seriam criadas em cada uma das Unidades que irão trabalhar com EaD? Teriam esta duplicação? Ainda tinham muitas incógnitas, para eliminarem uma Unidade de Ensino, para substituir por alguma coisa que não tinham clareza do que era. Na verdade iriam substituir por uma intenção de fazer um EaD na Universidade. Sinceramente achava muito pouco para eliminar uma Unidade Acadêmica, que embora tenha vários problemas. Todos eles eram problemas que já haviam discutido exaustivamente e que eles haviam tomado um caminho de resolução à medida que o Reitor havia nomeado a Diretora eleita pelos próprios pares e isso parecia a ela o início de uma solução dos graves problemas que este Centro havia enfrentado desde a sua criação. Manifestou sua preocupação no sentido de que iriam substituir o CEAD por alguma coisa que não estava muito bem definida. Para esclarecer a conselheira Lucia disse que não achava o ensino EaD mais difícil que o presencial o que havia se referido era que todos tinham familiaridade com o ensino presencial. Cm por cento deles tinham esta familiaridade com o ensino presencial. O EaD era um mundo desconhecido para muitos deles e esta era a grande diferenca. Como iriam replicar o EaD enquanto ele não estava consolidado dentro da Universidade? O conselheiro Luis Isaías Centeno disse que não havia se manifestado anteriormente, por ter sido contemplado na fala dos demais conselheiros que o haviam precedido, mas precisava fazer um esclarecimento ao conselheiro Tony quanto à posição dos Diretores de Unidades que iriam receber cursos e como o CLC já vinha negociando havia um bom tempo com o Curso de Espanhol a Distância sua ida para o CLC, gostaria de fazer este



798

799

800 801

802

803 804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

esclarecimento. Em relação aos recursos a Professora Daniela já havia esclarecido, ou seja, todos os recursos que chegam para financiar o EaD chegam através da Coordenação UAB, que faz todo o gerenciamento, não ficando a cargo e nem sob a responsabilidade do Diretor da Unidade, que na parceria faz isto. Faz parte de um projeto aprovado pela UAB que acaba posteriormente financiando os cursos. Não há ingerência e nem caberia este desejo da Unidade de captar recursos via EaD. A segunda questão era que o Conselho do Centro de Letras e Comunicação, reunido na semana anterior, havia discutido o assunto extinção do CEAD e nesta reunião estavam presentes os representantes discentes e o voto que ele iria apresentar pela extinção do CEAD justamente porque esta era a intenção do Conselho do CLC e não falava pelo DA das Letras nem do Jornalismo, mas a manifestação que houve no Conselho foi no sentido de apoiar esta tese de que é melhor que os cursos de EaD estejam nas Unidades de origem dos cursos presenciais. A partir deste momento, como não houvesse mais inscrições para manifestação dos conselheiros, o senhor presidente encerrou o momento de intervenções e colocou em votação a proposta de extinção do Centro de Educação a Distância, que foi aprovada com quarenta e oito (48) votos favoráveis, seis (06) votos desfavoráveis e doze (12) abstenções. Com este resultado, foi aprovada a proposta de extinção do CEAD. Declarações de votos: A conselheira MariaTereza Fujii declarou que se absteve, porque na categoria dos Técnico-Administrativos não existia nenhuma discussão a respeito da EaD, logo não votava nem contra e nem a favor por não terem tido esta discussão. O conselheiro Tony Sechi declarou seu voto pela abstenção, por continuar com o pensamento do DCE, que o debate deveria ter sido muito mais aprofundado. O conselheiro Edar Añaña declarou seu voto pela abstenção, por não se sentir suficientemente preparado para votar nem para um lado e nem para o outro, por não ter convicção de que a EaD passaria a ser melhor tratada a partir daquela data e nem o contrário. A conselheira Urania Sperling declarou seu voto contrário à proposta, por representar os Coordenadores da área de Ciências Humanas e seu voto era representativo dos Coordenadores dos Cursos. Sem mais assuntos a tratar o senhor presidente deu por encerrada a bellegera reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos e eu Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que

após lida e aprovada foi igualmente assinada pelo senhor presidente: